



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública
Volumen 2, Número 1 - mayo 2015



FLACSO
ECUADOR



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública

Volumen 2, Número 1, mayo 2015

Editores

Betty Espinosa (FLACSO Ecuador)

André-Noël Roth (Universidad Nacional de Colombia)

William F. Waters (Universidad San Francisco de Quito, Ecuador)

Comité Editorial

Renato Dagnino (Universidad de Campinas)

Ana María Goetschel (FLACSO Ecuador)

Gloria Molina (Universidad de Antioquia)

Michael Uzendoski (FLACSO Ecuador)

Thomas Périlleux (Universidad de Lovaina)

David Post (Pennsylvania State University)

Comité Asesor Internacional

Jean De Munck (Universidad de Lovaina)

Leopoldo Múnera (Universidad Nacional de Colombia)

Robert Cobbaut (Universidad de Lovaina)

Javier Roiz (Universidad Complutense de Madrid)

Rolando Franco (FLACSO Chile)

Cuidado de la edición: Verónica Puruncajas

Diseño y diagramación: FLACSO Ecuador

Imprenta:

© De la presente edición

FLACSO, Sede Ecuador

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro

Quito, Ecuador

Tel.: (593-2) 294 6800

Fax: (593-2) 294 6803

www.flacso.edu.ec

ISSN: 1390-9193

Quito, Ecuador 2015

1ª. edición: mayo 2015



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública
Volumen 2, Número 1 - mayo 2015

Índice

Introducción 5-6

Artículos

El ILPES de Prebisch 9-44
Rolando Franco

Libertad, Equidad, Igualdad y Desarrollo 45-53
William F. Waters

**Lecturas normativo-experienciales y prácticas pedagógicas plurales
sobre inclusión académica** 55-76
Dora Inés Munévar M.

**Camponesas, feminismos e lutas atuais: resistência e potência
na construção de epistemologias do Sul** 77-102
Márcia Maria Tait Lima

Diálogo

**La política y las políticas en Latinoamérica: importancia de un modelo
de Análisis Regional
Diálogo con Pedro Medellín** 105-115
Vanessa Montenegro, Tania Zabala, Juan Diego Izquierdo, Edgar Alberto Zamora

Reseñas

**Tomo I: Encuesta Nacional de Salud y Nutrición de la población
ecuatoriana de cero a 59 años, ENSANUT-ECU 2012
Por Freire, Wilma et al.** 119-121
Daniel López-Cevallos

ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE: Lograr la calidad para todos	
Informe de Seguimiento de la EPT en el Mundo 2013/2014. UNESCO.....	122-124
Verónica Puruncajas	
Política editorial.....	125-130

Camponesas, feminismos e lutas atuais: resistência e potência na construção de epistemologias do Sul

Peasant, feminism and current struggles: strength and power in the construction of South epistemologies

Márcia Maria Tait Lima*

Resumen

Este trabalho é dedicado a refletir sobre a resistência ao atual modelo de agricultura industrial em discursos e manifestações de mulheres camponesas, organizadas em grupos e movimentos sociais na Argentina e no Brasil. Entre as principais referências disciplinares aplicadas no trabalho estão: os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia e suas interfaces com os Estudos de Gênero e Feminismo. O trabalho com os materiais obtidos na pesquisa de campo teve como objetivo estabelecer um diálogo entre os discursos das mulheres camponesas e as referências teóricas a partir de uma *perspectiva parcial* ou de *conhecimento situado*. Para a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas e momentos de observação participante com visitas a localidades urbanas e rurais dos dois países durante os anos de 2010 e 2011. Como parte dos resultados, infere-se que a ação coletiva dessas mulheres promove uma síntese singular de valores e ética presentes no pensamento feminista e ambientalista, construindo uma epistemologia e uma crítica potentes ao modelo de agricultura industrial hegemônico.

Palabras claves: Camponesas, feminismo, movimentos sociais, mulheres, transgênicos.

Abstract

This work is dedicated to reflect about the resistance to current industrial model of agriculture from speeches and mobilizations of peasant women organized in collectives and social movements on Argentina and Brazil. The main disciplinary references used in the work are part of the Social Studies of Science and Technology, seeking its interfaces with the gender studies and Feminism. The materials obtained in the field research were worked with the goal of establishing a dialogue between the peasant women that construct a form of *partial perspective* or a *situated knowledge*. In the field research it was performed interviews and moments of participant observation and consisting of trips to urban and rural localities in the two countries during the years 2010 and 2011. As part of the results, it was inferred that the collective action of these peasant women promotes a synthesis of values and ethics found in feminist and environmentalist thinking and constituted strength epistemology and criticism to the hegemonic industrial agriculture model.

Keys words: Peasant, social movements, feminism, women, transgenic.

* Doutora em Política Científica e Tecnológica. Pesquisadora do Grupo de Análise de Política de Inovação (Gapi) da Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Pesquisadora do Grupo de Trabalho em Agroecologia do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (Brasil). E-mail: marcia.tait@gmail.com

“Põe a semente na terra. Não será em vão...”
(Canto “Põe a semente na Terra”, *In Sementes de Vida nas mãos das mulheres camponesas*, MMC/Santa Catarina/Brasil)

“No mundo, os movimentos de mulheres continuam resistindo e articulando a luta de classe, popular e feminista. Mas, por muito tempo foram se formando pré-conceitos sobre a luta feminista tanto na sociedade, quanto nos movimentos sociais. Isto aconteceu porque o feminismo, além de ser uma atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento ao patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, das riquezas e do saber riquezas (...). O Movimento das Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações.”

(In Mulheres Camponesas em defesa da saúde da vida, Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul/Brasil)

Introdução

As questões discutidas neste artigo formam parte da pesquisa de doutorado¹ (2010-2014) intitulada “Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina”. Este trabalho teve como tema central a potência², entendida como capacidade para gerar novas epistemologias para emancipação social, dos discursos e ações de resistência de mulheres camponesas no Brasil e Argentina ao modelo de agricultura industrial e aos cultivos geneticamente modificados (GMs).

A pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica que abarcou distintas vertentes e abordagens teóricas, entre as principais: Feminismos, Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e Sociologia das Ações Coletivas, além de abordagens sobre a emancipação social e campesinato. A tese foi resultado da articulação entre conceitos

1 A tese de doutorado foi aprovada em agosto de 2014, conforme as regras do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O trabalho foi apoiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e incluiu uma bolsa para aperfeiçoamento de pesquisa de 10 meses junto a Cátedra de Estudos de Gênero da Universidade de Valladolid, na Espanha.

2 Utilizo a palavra potência num entendimento próximo ao de virtude, capacidade e poder humano. Virtude, por sua vez, entendida como para André Comte-Sponville (1999): “Virtude, no sentido geral, é poder; no sentido particular, poder humano ou poder de humanidade. É o que também chamamos as virtudes morais, que fazem um homem parecer mais humano ou mais excelente, como dizia Montaigne, do que outro, e sem as quais, como dizia Spinoza, seríamos qualificados de inumanos. Isso supõe um desejo de humanidade, desejo evidentemente histórico (não há virtude natural), sem o qual qualquer moral seria impossível. Trata-se de não ser indigno do que a humanidade fez de si, e de nós. A virtude repete-se desde Aristóteles, é uma disposição adquirida de fazer o bem. É preciso dizer mais, porém: ela é o próprio bem, em espírito e em verdade. Não o Bem absoluto, não o Bem em si, que bastaria conhecer ou aplicar. O bem não é para se contemplar, é para se fazer. Assim é a virtude: é o esforço e define o bem nesse próprio esforço” (Comte-Sponville, 1999: 2-3).

e contextos trazidos destes referenciais e subsídios obtidos nas etapas da pesquisa de campo realizada junto a movimentos sociais e coletivos camponeses no Brasil e Argentina durante os anos de 2010 e 2011.

A pesquisa de campo foi composta por três etapas de viagens para realização de entrevistas com mulheres de coletivos e movimentos sociais camponeses. No Brasil, foram realizadas entrevistas com integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), regional Santa Catarina e observação participante em marchas e eventos relacionados a movimentos camponeses. Na Argentina, foram feitas entrevistas com integrantes de distintos movimentos e coletivos camponeses, entre os quais cito: Mujeres, Unión y Esperanza (Juan José Castelli/Chaco); Mujeres Agricultoras (General San Martín/Chaco); Junto Podemos (Goya/Corrientes); e Madres de Ituzaingó (Córdoba).

Neste artigo apresentarei a proposta conceitual e metodológica de uma “epistemologia localizada e engajada” e os principais avanços teóricos obtidos na tese. Os direcionamentos adotados na pesquisa de campo e na discussão bibliográfica tiveram a intenção de contribuir para manter um permanente diálogo entre ações de transformação social e a construção de teorias críticas. Foi um exercício constante de ruptura com as assimetrias epistemológicas e concepções de neutralidade do conhecimento que acabam se reproduzindo na produção de conhecimento nas universidades e centros de pesquisa em países do Norte e também do Sul global.

Os discursos e ações das mulheres foram entendidos como processos de criação de epistemologias próprias e potentes, no sentido de radicalidade, originalidade e capacidade de afetar a mudança no sistema e emancipação social. Esta potência se demonstra na capacidade dos movimentos de mulheres camponesas de articular em suas demandas diversas dimensões das problemáticas atuais, como desigualdade de gênero, degradação ambiental, soberania e segurança alimentar e exploração do trabalho. Proponho que seus discursos e ações—que tem como metáfora a resistência às sementes transgênicas e a defesa das sementes crioulas—engendram uma nova base ética para as relações entre os seres humanos entre estes e o meio-ambiente, questionando idéias que sustentam o antropocentrismo, patriarcalismo, androcentrismo e modelos de desenvolvimento ambientalmente predatórios.

Desde meados da década de 90 estão ocorrendo na América Latina processos de intensificação dos conflitos relacionados ao universo rural e agrícola liderados por movimentos sociais de base camponesa. Estes movimentos camponeses também têm formado campos de conflito mais amplos articulando-se a outras mobilizações de movimentos como os movimentos de povos originários ou indígenas e de afetados por grandes empreendimentos (como barragens para construção de hidrelétricas) e outros movimentos não camponeses, mas também formado por pes-

soas que reagem as conseqüências da expansão do modelo de agricultura industrial (“agronegócio”). Este cenário contemporâneo de mobilização social e camponesa apresenta algumas mudanças importantes, destaquei duas: 1) maior capacidade de mobilização internacional e visibilidade alcançada através da articulação entre movimentos (com destaque para a Via Campesina Internacional)³; 2) ampliação da participação das mulheres e radicalidade de suas críticas e ações. Neste artigo trabalharei este segundo aspecto, trazendo algumas implicações da participação das mulheres nas lutas camponesas.

O eixo central da discussão se dá em torno das perguntas: Quais os principais significados das ações de resistência ao modelo de agricultura industrial e aos cultivos transgênicos protagonizadas pelas mulheres camponesas? Que relações se estabelecem entre gênero, meio ambiente e cultura camponesa? Quais os diálogos possíveis e desejáveis entre a epistemologia das mulheres camponesas e as epistemologias dos feminismos acadêmicos? Como este diálogo poderia abrir caminhos para uma ética distinta nas relações entre seres humanos e entre humanos/natureza?

Perspectiva teórica e Pesquisas de Campo

Perspectivas teóricas

Para adotar um compromisso teórico-metodológico de não reproduzir mecanismos de poder que se constituem por meio da rivalidade, hierarquização e descredenciamento dos discursos não científicos; a pesquisa foi construída como um experimento teórico-metodológico não totalizante e não relativista, que busca o diálogo respeitoso entre os conhecimentos acadêmicos e das mulheres camponesas.

Dois teóricos⁴ que trabalham com o tema movimentos sociais e emancipação social foram fundamentais para esta abordagem. São eles: Boaventura Sousa Santos e Alberto Melucci. Também foram fundamentais as referências dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, principalmente, em sua vertente de Estudos Feminista ou

3 A *Via Campesina – Movimento Campesino Internacional* foi criada em 1993. Nestes mais de 20 anos expandiu sua internacionalização e ajudou a ampliar a capacidade de mobilização e a divulgação dos movimentos camponeses e suas causas. É formada atualmente por 164 organizações de 73 países do mundo que agrupam milhões de campesinos, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas e trabalhadores agrícolas. No Brasil podemos citar como movimentos articulados a esta organização: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC).

4 Na pesquisa para a tese de doutorado trabalhei também com John Holloway e sua obra “Cambiar el mundo sin tomar el poder” (2005) para discutir relações indignação/esperança/transformação e para estabelecer uma crítica ao “poder-sobre” incorporado nas diversas dimensões da vida e também na maioria das propostas de “tomar o poder”.

Estudos Ciência, Tecnologia e Gênero. Boaventura Sousa Santos crítica à recusa (de intelectuais, políticos, etc.) a olharem para as experiências coletivas contemporâneas nas suas potencialidades para ampliar as rotas de futuro. Esta redução do presente e dos futuros possíveis, segundo o autor, promove e/ou reforça os mecanismos de descredenciamento dos conhecimentos e das formas de organização da vida do Sul⁵ que são tornadas ausentes ou inexistentes. Assim, a sua crítica à colonialidade do saber-poder é complementada pela proposta de uma *sociologia das emergências*, que ocuparia o lugar de uma *sociologia das ausências*, esta última, definida como o modo convencional de produção de conhecimento das ciências sociais.

No livro “A Gramática do Tempo” (2006) e no artigo “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes” (2007), Santos expõe as bases da sociologia das emergências que se fundamenta na crítica à razão indolente. O autor coloca a ciência ocidental moderna como o principal “instrumento epistemicida” que, deliberadamente, elimina, marginaliza e descredencia os conhecimentos não científicos e de grupos subalternos tanto do Norte como no Sul (Santos, 2006: 155). Para além da ciência, esta lógica epistemicida estaria entranhada e funcionando em distintos mecanismos e formas de organização da Modernidade Ocidental que ocultaram seus componentes de racismo, sexismo e colonialismo.

Para fazer frente à dimensão política e epistemológica destes mecanismos seria imprescindível, segundo o autor, uma crítica aos tipos de racionalidade impressos na sociedade e nas lógicas e métodos da ciência moderna.

A razão indolente

Sua proposta de uma “nova sociologia” –sociologia das emergências– fundamenta-se na crítica à *indolência da razão* que faz parte não apenas do conhecimento sociológico ou das ciências humanas, mas de todas as formas de conhecimento hegemônico científico e filosófico produzido no ocidente nos últimos duzentos anos. A razão indolente se apresentaria de quatro formas: a *razão impotente* (associada ao determinismo e realismo), aquela que propaga que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a *razão arrogante* (associada ao construtivismo e livre-arbítrio), que se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a *razão metonímica* (parte tomada pelo todo, universalismo), que se reivindica como a única forma de racio-

5 Sul e Norte são noções utilizadas por Santos não em seu sentido estrito geográfico. O Sul não é entendido como sinônimo de América do Sul, mas como a periferia do sistema capitalista global ou locais distantes do epicentro composto pelos que ganham com a globalização econômica neoliberal.

nalidade e por isto proclama como desnecessário o entendimento de outros tipos de racionalidade ou quanto reconhece outros tipos é somente para utilizá-las como matéria-prima; e a *razão proléptica* (futuro como previsível, progresso no mesmo sentido do que já temos) que não pensa o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear e automática do presente.

O autor considera a *razão metonímica* e a *proléptica* particularmente poderosas, por isso, se detêm em apontar suas implicações e os possíveis caminhos para a superação de ambas. Em primeiro lugar, como não existiria nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível, a razão metonímica se afirma uma razão exaustiva, exclusiva e completa, muito embora seja apenas uma das lógicas e racionalidades que existem no mundo. Não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, para a razão metonímica nenhuma das partes poderia ser pensada fora da relação com a totalidade. O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico ou a mulher sem o homem.

Começa hoje a ser evidente que a razão metonímica diminuiu ou subtraiu o mundo tanto quanto o expandiu ou adicionou de acordo com as suas próprias regras. Reside aqui a crise da idéia de progresso e, com ela, a crise da idéia de totalidade que a funda. A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é e o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo. O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno (Santos, 2007a: 245).

A crítica da razão metonímica seria a condição necessária para recuperar as experiências desperdiçadas e promover a ampliação e valorização das diversas epistemologias e experiências existentes no mundo. Este seria segundo o autor um processo de “dilatação do presente”, que consistiria na proliferação das totalidades e permitiria deixar ver a heterogeneidade de partes que compõem a totalidade. Este procedimento, por sua vez, também enfraqueceria a razão proléptica, uma vez que diversificaria e ampliaria as possibilidades de futuro.

Identidade coletiva e rompimento dos limites do sistema

As mudanças nas sociedades capitalistas a partir de meados da década de 80 geraram transformações nos conflitos sociais e nas formas de organização coletiva. Os

movimentos sociais contemporâneos não lutariam mais *apenas* por bens materiais ou para aumentar sua participação na política convencional (nas esferas de decisões governamentais e partidárias já instituídas), mas principalmente por projetos simbólicos e culturais, por mudanças na vida cotidiana das pessoas, por solidariedade e reconhecimento (Melucci, 2001 e 2002).

Os movimentos sociais para Melucci são identidades coletivas que se definem e re-definem constantemente por meio de suas ações, sentidos e formas de ação, estratégias, etc. Uma das características dos movimentos sociais contemporâneos seria, segundo Melucci, justamente sua dependência de mecanismos de *solidariedade* (entendida por ele como a capacidade dos atores de partilharem uma identidade coletiva) e *capacidade de provocar tensões e conflitos* e gerar *rompimento dos limites do sistema* (entendido com empurrar o sistema para além dos espectros aceitáveis de variações).

A *identidade coletiva* “mulher camponesa” será entendida neste trabalho, baseada nas formulações de Melucci, como *processo*, como um *conceito operacional* do ponto de vista teórico e como uma *categoria político-cultural* do ponto de vista da militância. Não será uma categoria que visa reduzir, mas sim *proliferar* as *totalidades alternativas* (proposto por Boaventura Sousa Santos), ou seja, afirmar a potencialidade de coesão/mobilização/transformação que se estabelece em torno de algumas identidades coletivas e movimentos sociais. Assim, proponho trabalhar com as possibilidades e potências de implosão das totalidades hegemônicas presentes nas ações coletivas das mulheres camponesas na América Latina.

Epistemologias feministas, conhecimento situado e engajamento político

Os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) sublinharam o papel dos “atores” e a influência do contexto e das visões de mundo na construção das teorias e artefatos técnicos. As abordagens desenvolvidas a partir da década de 70 são descritas como um momento de “virada interpretativa” que colocou a ciência e as tecnologias como construções sociais e culturais. O entendimento da atividade científica em seu contexto implicou no questionamento crescente do *status* universal da ciência e de um aprofundamento a crítica à ciência e a sua função na estruturação de poderes e desigualdades (Monteiro, 2012).

Nas três últimas décadas os ESCT produziram contribuições importantes para renovar as abordagens socioconstrutivistas da ciência e tecnologia. Também contribuíram para pensar as formas de *ir além* do construtivismo com distintas abordagens, entre as mais importantes: a etnográfica, a crítica de base marxista e a feminista, chamada de **Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia (EFCT)** ou **Estudos**

de Ciência, Tecnologia e Gênero (CTG). Segundo Monteiro (2012), os Estudos feministas da Ciência e Tecnologia: “foram pioneiros em abordar a tecnologia e sua relação com corpos, processos biológicos e relações de poder; e uma leva crescente de autores interessados em práticas ligadas à genômica e outras biotecnologias emergentes” (Monteiro, 2012: 143).

Os EFCT também se destacam pela capacidade de elaborar teorias que consideram a inserção do próprio pesquisador e pesquisadora no âmbito da produção de conhecimento e a articulação entre pensamento científico e ação política. Evelyn Fox Keller –umas das pioneiras no estudo de gênero e CT– destacou a importância dos movimentos feministas da “Segunda Onda” (aqueles surgidos entre as décadas de 70-80). Segundo ela, o movimento político e social feminista deve ser reconhecido como o precursor dos “estudos de gênero e ciência”. A autora sublinhou o papel dos movimentos feministas para todas as transformações possíveis nas visões e abordagens científicas. “A mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver as coisas mais comuns, abriu novos espaços cognitivos” (Keller, 2006: 30).

Dentro do campo dos Estudos Feministas da CT, a influência do ativismo feminista e a categoria gênero, teriam tornado “quase natural, mesmo que não simples e fácil” uma perspectiva na qual a produção de conhecimento e a política estão mutuamente implicadas: “o feminismo tem enfrentado desde suas origens os problemas de compatibilizar análises metacientíficas com compromissos sociopolíticos” (García, 1999: 50-51). Segundo García e Sedeño (1999), ao trabalhar com a convergência entre o acadêmico e o ativismo as autoras do EFCT assumiriam seu compromisso político por meio de uma “epistemologia socialmente comprometida”.

A auto-reflexão sobre a relação entre o corpo, a mente e o contexto de quem produz conhecimento foi um dos aspectos radicalizados pelo EFCT e também pelo chamado **Feminist Standpoint**. Autoras como Dona Haraway trabalham com o reconhecimento de que todo conhecimento é um *conhecimento situado*, ou seja, parte de um contexto de geração e de pressupostos que deveriam integrar de forma explícita a própria análise.

Os *conhecimentos situados*, *saberes localizados* ou *perspectiva parcial* compõem uma proposta epistemológica de localização, de consideração da parcialidade do conhecimento. Segundo Haraway (1995), toda a produção de conhecimento implicaria em reconhecer um ponto de partida (*locus*), um local de origem que se relacionada com o exercício da produção e o que será produzido.

Para a autora, esses pressupostos deveriam ser reconhecidos e colocados como parte da análise, ao invés de se optar por aquilo que chama de “truque divino” (*God trick*), ou seja, um mecanismo que oculta o caráter localizado do conhecimento e

o apresenta como um resultado final possível de ser universalizado. A idéia deste *locus* não significaria uma filiação, no sentido de que para falar de uma questão que concerne a um grupo específico você precisaria ser parte deste grupo, mas que toda teoria parte de uma motivação, de experiências, conexões e reflexões particulares.

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (Haraway, 1995: 17).

Para o Feminismo *Stanpoint* reconhecer as histórias e experiências compartilhadas pelas mulheres não é o mesmo que homogeneizar e reforçar estereótipos. Expressões como “experiências de mulheres”, “atividades de mulheres”, “opressão de mulheres”, dependendo de como são usadas podem alimentar idéias essencialistas⁶, mas também, têm sido extremamente úteis para impulsionar ações de resistência e correntes de pensamento alternativas.

O *Feminist Standpoint*, em síntese, busca situar o conhecimento e relacioná-lo as várias condicionantes que compõem o capitalismo/patriarcado. É entendida como uma teoria de “inspiração marxista” que re-elabora uma forma de materialismo histórico especificamente feminista. Reconhece que as experiências das mulheres estão constituídas de uma multiplicidade de fatores interdependentes e relativos à formação sócio-cultural capitalista, etnocêntrica, sexista, androcêntrica⁷ e patriarcal.

Situar o conhecimento parece particularmente interessante para pensar junto com os diferentes “feminismos camponeses” na América Latina por sublinhar as questões relativas à colonialidade do saber-poder, fazendo uma crítica à pretensão de universalização dentro do próprio feminismo. Segundo Keller (2006: 30), a grande força das pesquisas feministas na última década teria sido aprofundar a reflexão sobre o quanto o próprio gênero deve ser uma noção situada.

O “Ecofeminismo” foi outra vertente que contribuiu para ampliar as possibilidades de diálogo entre os feminismos e os discursos, ações e epistemologias das mulheres camponesas. Esta abordagem permite a articulação de temas como gênero, meio ambiente, crítica a modelos de desenvolvimento e padrões tecnológicos, temas importantes para as mulheres camponesas com as quais dialoguei.

6 Conceito usado para atribuir um sentido natural, imutável e permanente. No Feminismo é usado para tratar uma noção a ser desconstruída de que existe uma suposta essência do ser mulher.

7 As noções de patriarcado (“governado por um patriarca”) e androcentrismo que são utilizadas neste trabalho, partem de uma mesma crítica de vertentes feministas a uma cultura centrada no homem e que sistematicamente lhe privilegia em relação às mulheres. No androcentrismo a crítica recai sobre a generalização de atributos vinculados ao homem e ao masculino a todo o humano, para algumas autoras, a todos os seres vivos.

Para uma primeira aproximação, pode-se definir o Ecofeminismo como um “movimento que estabelece relações entre a exploração de degradação do mundo natural e a subordinação e opressão das mulheres”, que surge na década de 70 junto com a Segunda Onda do feminismo e os movimentos verdes (Mellor, 2000: 16). Também é descrito como uma vertente que surge a partir de alianças entre o feminismo e o ecologismo, portanto, de uma junção entre a crítica teórica e do ativismo político em relação aos impactos dos modelos de desenvolvimento propondo a reflexão sobre os problemas gerados por estes modelos através de uma perspectiva relacional humano/natureza/gênero.

Para Alicia Puleo (2011), o Ecofeminismo surge quando o feminismo aceitou o desafio de refletir sobre a crise ecológica a partir de suas próprias noções. O Ecofeminismo promove uma abordagem ambiental a partir das questões postas pelo feminismo e de categorias como: mulher, gênero, androcentrismo, patriarcado, sexismo, cuidado, entre outras. Sua matriz ideológica estaria voltada a entender criticamente o paradigma de desenvolvimento ocidental e suas relações com o patriarcado, estabelecendo conexões entre os mecanismos e ideologias de dominação e exploração da natureza e da mulher (e do culturalmente identificado como “feminino”). Atualmente, o Ecofeminismo multiplica-se em inúmeras vertentes como espiritualista, socialista, culturalista, etc. (Puleo, 2011).

Autoras como Maria Inês Paulilo (2010) e Emma Siliprandi (2000, 2009 e 2011) ao analisar grupos de mulheres rurais no Brasil, descrevem a preocupação ambiental, para além ou adicionalmente à preocupação tradicional feminista, como uma singularidade destes movimentos e que os aproximariam dos ecofeminismos. Compartilho desta visão de uma proximidade entre as proposições das mulheres camponesas de vários movimentos e as do Ecofeminismo. Porém, é importante ressaltar que esta aproximação não significa dizer que “as mulheres camponesas da América Latina são ecofeministas”. Este tipo de afirmação seria tentar forçar e/ou generalizar uma vinculação de forma desnecessária. As afinidades e o diálogo entre os ideais, propostas e epistemologias de alguns feminismos camponeses latino-americanos e a matriz ecofeminista podem acontecer sem necessidade de assertivas como esta.

Percurso das pesquisas de campo

As pesquisas de campo realizadas na Argentina e no Brasil ocorreram entre três etapas durante os anos de 2010-2011. As principais metodologias utilizadas durante as pesquisas foram realização de entrevistas semidirigidas com mulheres que atuavam

e/ou ocupavam posição de liderança em movimentos camponeses e a prática de momentos de observação participante⁸.

Na Argentina as pesquisas foram feitas em duas etapas com realização de permanências de curta duração (média de uma semana) em localidades rurais e urbanas de três províncias da região Nordeste (NEA) –Chaco, Corrientes e Misiones– e também na cidade de Córdoba. Entre os coletivos e movimentos argentinos com o quais tive contato cito: *Mujeres, Unión y Esperanza (General San Martín/Chaco)*; *Mujeres Agricultoras de San Martín*; *Asociación Juntos Podemos (Corrientes/Goya)*; e *Movimiento Madres de Ituzaingó (Córdoba)*.

O Movimento Madres de Ituzaingó (inicialmente constituído por mães do bairro de Ituzaingó localizado na periferia da cidade Córdoba) foi selecionado, mesmo estando fora da região NEA, por sua relevância para o tema da pesquisa. Este movimento é liderado e formado por uma maioria feminina desde sua constituição no início dos anos 2000 e alcançou visibilidade nacional e internacional na luta contra soja transgênica e fumigação de agrotóxicos.

A escolha da região NEA para as pesquisas na Argentina deu-se a partir de mapeamento anterior que apontava para uma dupla condição da região: ser uma região de expansão da fronteira agrícola e a mais pobre do país (piores indicadores socioeconômicos), mas que também mantém uma presença importante da agricultura familiar. A região apresenta ainda uma tríplice fronteira demarcada por seis rios que separam a Argentina do Paraguai, Brasil e do Uruguai.

Do ponto de vista socioeconômico, a região possui elevados índices de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), ou seja, sua população sofre de uma ou mais das seguintes condições de privação: péssimas condições sanitárias (falta de fossa sanitária); falta de escolas; falta de capacidade de subsistência; e moradia em péssimas condições enquanto a espaço e estrutura (“hacinamiento”). Ainda em relação ao NIB, Formosa apresenta mais de 33% de suas necessidades básicas insatisfeitas; seguida por Chaco, com 33%; Corrientes, com 28%; e Misiones, com 27% (Ramillo, 2011: 15). Também são comuns os problemas relacionados à precarização do trabalho rural assalariado e não assalariado, êxodo rural e concentração da terra. Sobre o crescimento da monocultura, destacam-se as plantações de soja e algodão

8 Entre os “momentos de observação participante” destaco: a participação no I Encontro de Agroecologia do Chaco (2010); visita a diversas “Férias Francas” nas cidades de Puerto Rico y Posadas (Misiones/Argentina) em 2011; participação em reuniões sobre “Feria de Semillas” e curso de “Investigación Acción” em Goya (Corrientes/Argentina); participação na Marcha de Agroecologia e Encontro de Agroecologia (Londrina/Brasil) em 2011, Marcha contra a Monsanto (Campinas/Brasil). Entre 2010 e 2013 também integrei o comitê gestor da Rede de Agroecologia (da Unicamp), onde participei de atividades que envolveram interação com assentamentos de reforma agrária e agricultores/as agroecológicos da região de Campinas (São Paulo/Brasil). O envolvimento direto em diversas ações relacionadas escopo da pesquisa caracterizam os “momentos de observação participante” mencionados na metodologia.

transgênicos, além de outros cultivos produzidos com uso intensivo de agroquímicos, como o tabaco e o tomate.

Outra característica da região NEA é a marcada presença da agricultura familiar, identificada pelo elevado número de Pequeñas Explotaciones Agropecuárias (EAPs), que continuam representando 61% das ocupações da região NEA, dentro desta porcentagem, 40% são efetivamente área de produção de pequenos produtores ou produtores familiares. A região ainda se destaca por ações como feiras francas (onde de dá o comércio de produtos frescos, de origem na produção familiar e em grande parte orgânicos, que são vendidos diretamente pelos produtores) e feiras de intercambio de sementes. Algumas destas iniciativas contam com apoio governamental de técnicos do Instituto Nacional de Tecnología Agrícola (INTA), com destaque para o Programa Pro-Huerta, destinado à produção de alimentos frescos em pequenas propriedades, principalmente para auto-consumo. Quanto à realização de “ferias francas”, o NEA também ocupa uma posição de destaque, concentrando 65% do total de feiras realizadas no país: possuem um total de 94 feiras, que acontecem periodicamente, sendo 48 delas na província de Misiones, 19 em Corrientes, 14 no Chaco e 13 em Formosa (Golsberg 2010: 13).

No Brasil, as pesquisas de campo foram intensificadas no período de uma semana no qual realizei entrevistas com integrantes da regional do Movimento de Mulheres Camponesas do estado de Santa Catarina (sul do país). O MMC foi selecionado enquanto movimentos de camponesas porque se destaca no país por sua organização nacional (presença de regionais em quase todos os estados) e manter uma crítica radical ao modelo de agricultura industrial e aos cultivos comerciais transgênicos. O Movimento propõe uma “agricultura familiar camponesa de base agroecológica” e coloca como missão/princípios a igualdade de gênero e defesa de um socialismo voltado à constituição de novas relações sociais entre seres humanos e entre estes e a natureza. A escolha por entrevistar integrantes de Santa Catarina se deu por motivos de ordem prática e também metodológica: as militantes camponesas da região sul do Brasil possuem uma oposição mais marcada referente à “mercantilização da vida” e a mobilização contra monocultivos transgênicos, em parte devido a uma característica desta região onde a agricultura familiar desempenha um papel importante; mas também pela própria facilidade em estabelecer contato com algumas militantes desta região o que foi determinante na viabilidade e para compatibilizar as pesquisas de campo. Além disso, a proximidade com a Argentina também foi considerada como um fator que facilitaria algumas comparações em termos geográficos e culturais.

Após a participação na “X Jornada de Agroecologia” e “Marcha da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida” realizada em Londrina (Santa Catarina), segui viagem para cidade de Chapecó, onde está localizada a sede da

Escola de Formação do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Nesta ocasião realizei entrevistas individuais com seis integrantes do MMC da regional de Santa Catarina e participei de uma reunião realizada por elas na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó.

Em síntese, as três etapas de pesquisa de campo foram realizadas num total de 45 dias, gerando 18 entrevistas semidirigidas com mulheres de idade entre 25 e 65 anos e inúmeras conversas e momentos de observação participante em eventos, reuniões, oficinas e encontros nos dois países.

Identidade “Mulher-Camponesa-Feminista”, construções e desconstruções

O qualificativo “camponês” quando adotado pelos próprios movimentos camponeses remete a uma construção portadora de significados de valorização e resistência cultural, econômica e política. Mas também, esta “cultura camponesa” apresenta componentes de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e machista que remete a questões de gênero como a divisão sexual do trabalho e naturalização de papéis atribuídos a mulher na cultura camponesa (como cuidado com a casa, filhos e alimentos) que, muitas vezes, podem justificar situações de dominação e exploração.

Assim, aproximar-se das mulheres camponesas enquanto identidade coletiva é também se aproximar de questões com certa ambigüidade ou complexidade do ponto de vista da identidade e relações de gênero, como colocado por elas nesta publicação do Movimento de Mulheres Camponesas:

[...] a agricultura camponesa também reproduziu padrões e limites da cultura patriarcal de opressão da mulher, do modelo capitalista de exploração da classe trabalhadora. Por muito tempo, a dominação de gênero e a exploração de classe atuaram fazendo da mulher um ser inferior, menos preparada, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades (Daron e Collet, 2008: 30).

No campo dos estudos feministas esta questão é fundamental porque está implicada com a crítica ao essencialismo e à naturalização da mulher, um dos pilares das abordagens de gênero. A dicotomia natureza/razão está na origem do conceito de humano e foi reproduzida em torno da naturalização de definições de homem/masculino e mulher/feminino constituiu como “um campo de exclusão múltiplo onde se exerce o controle” (Puleo, Cavana e Segura, 2005) no qual a natureza não representaria apenas o não humano, mas todo este campo de significados que justificam exclusão e controle que são associados ao feminino.

Nesse campo são colocados grupos sociais e aspectos da vida humana que são caracterizados como mais próximos da natureza. Ser definido como natureza/feminino, nestes casos significaria ser definido como uma fonte e reserva suscetível a ser utilizada para fins da “razão”. Este procedimento constituiria um dos pilares da razão instrumental e procedimentos de naturalização que permitem à dominação da mulher, de determinados grupos sociais e da própria natureza.

Esta complexidade constituinte das noções de identidade e cultura têm sido tema de discussões recorrentes e intermináveis dentro e entre áreas das ciências humanas. Para não negligenciar esta questão e, ao mesmo tempo, não perder-se em questões paralisantes, proponho uma aproximação da proposta de Manuela Carneiro da Cunha (2009) e Mauro Almeida (2009 e 2007), de deslocamento da crítica à cultura para a crítica da “falácia da autenticidade”. Segundo os autores, a “cultura” poderia ser usada de forma expandida, abrangendo os vários sentidos que adquire das práticas sociais, entre os quais, o seu uso como um recurso político (Cunha 2009: 368-373; Almeida 2009: 277).

A “falácia da autenticidade” também pode dialogar com propostas feministas contemporâneas que apontam a “dupla falácia”: a naturalização ou do “autêntico feminino” e do “movimento feminista autêntico” ou “verdadeiro feminismo”. A crítica a uma postura universalista e opressora dentro do Feminismo foi feita, como dito anteriormente, por vertentes feministas como o Feminismo Stand Point e Feminismo Pós-Colonial.

Na introdução do livro “Feminismo y Poscolonialidad - Descolonizando el feminismo desde y em América Latina” (2011), Rita Segato nos confronta com a complexidade e o grande desafio de pensar na igualdade/diferença numa perspectiva pós-colonial. Uma intensa “ginástica mental”, principalmente, quando se pensa nestes termos em relação à formulação de políticas públicas, que tem caráter normativo e mediado pelo Estado. O maior desafio conceitual, segundo ela, seria entender a prática e os discursos de comunidades e grupos étnicos específicos sem utilizar discursos relativistas ou noções essencializantes de tradição e cultura.

As mulheres camponesas militantes apresentam uma postura singular que dificulta inseri-las nas vertentes feministas tradicionais. Como os movimentos feministas em geral, elas também negam o essencialismo, porém, de uma forma particular, porque não rompem totalmente com “aproximações” entre as mulheres e natureza e com alguns comportamentos e funções “da mulher”. Por exemplo, alguns grupos ressaltam o significado da maternidade para mulher (reforçada na idéia de capacidade ou “dom” de geração da vida que confere certos atributos à mulher) e a maior capacidade de empatia e solidariedade das mulheres para com humanos e não humanos.

Como sintetizou Puleo (2005 e 2008), já foram feitas várias críticas dentro do próprio Ecofeminismo sobre aos riscos de abordagens que reforçam uma mística da feminilidade com traços essencialistas ou mesmo a reprodução de noções idealizadas de matriarcado⁹. Segundo esta autora, o sentimento de muitas feministas de uma ameaça eminente do pensamento essencialista em relação às mulheres seria um dos principais motivos para as teorias ecofeministas construtivistas serem vistas como muito mais sólidas e capazes de evidenciar o androcentrismo de nossa imagem de ser humano e os dualismos hierarquizantes sobre os quais foi constituída nossa cultura. No entanto, a autora reconhece neste texto a força e poder de mobilização do feminismo espiritualista. Para ela, em situações complexas, uma maior solidez teórica pode acabar significando também uma maior fragilidade prática em termos de capacidade de mobilização (Puleo, 2005: 31).

Camponesas e Feministas?

A restrição do espaço político permitido às mulheres e seus temas no interior de outros movimentos sociais é um dos principais motivos explicitados para a formação de grupos exclusivos de mulheres. O trabalho de Esmeraldo (2010) com as mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) descreveu como a formação de grupos de mulheres dentro de movimentos camponeses foi impulsionada inicialmente pela relação de poder desigual e falta de representatividade nestes movimentos. As mulheres teriam iniciado o grupo de mulheres para terem apoio e liberdade para construir um discurso político que problematizasse o sentido de uma luta da classe trabalhadora que não inclui nem considera a luta das mulheres.

A decisão de formar movimentos exclusivos de mulheres foi motivo de críticas recorrentes por parte de sindicalistas e de movimentos sociais. As críticas geralmente giravam em torno de considerar este comportamento sectário e contraditório com o princípio de igualdade entre homens e mulheres e também como um fator de enfraquecimento da luta da classe trabalhadora. No entanto, as pesquisas de campo realizadas para este trabalho e as leituras apontam que a formação de grupos autônomos de mulheres não tem gerado sectarismo. Pelo contrário, a ação dos movimentos de mulheres e a inserção de abordagens de gênero dentro de movimentos têm ajudado na constituição de uma visão mais abrangente, solidária e politicamente radical dentro do contexto mais amplo das lutas camponesas.

9 A sociedade matriarcal é um termo usualmente aplicado para definir formas gineocráticas de sociedade, ou seja, as sociedades nas quais os papéis de liderança e poder são exercidos pelas mulheres.

As integrantes do MMC entrevistadas e também as mulheres de movimentos camponeses argentinos falaram sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro dos movimentos mistos. Uma das integrantes do MMC de Santa Catarina, por exemplo, relatou que quando iniciaram as reuniões com grupos apenas de mulheres era comum em alguns momentos uma “choradeira”. Segundo ela, as companheiras compartilhavam as dificuldades vivenciadas em suas trajetórias de vida no grupo e se emocionavam; momentos como este seriam impensáveis nos grupos mistos.

Para mulheres, além da luta capitalista e contra esse modelo de exclusão também tem a luta contra o patriarcado. Foram gerações e gerações no sentido de dominar e submeter a mulher aos homens. Nesse sentido houve a necessidade de criar espaços para as mulheres colocarem suas dificuldades (...). Não acredito que é culpa dos homens, não é simples, é culpa de um modelo de sociedade que para eles acabou ficando muito cômodo. Por isso a gente trabalha no sentido de libertação das mulheres e de construir essas novas relações entre homens e mulheres. (trecho de entrevista com militante do MMC/Santa Catarina).

Estes movimentos mostram a complexidade de identidades formadas a partir de elementos das classes populares e não urbanas. No caso do MMC/Brasil estão presentes elementos de uma identidade coletiva múltipla –mulher, camponesa, classe trabalhadora, militante– que mostra a influência dos movimentos sociais de matriz socialista e feminista.

O MMC/Brasil afirma uma “mística camponesa e ‘feminista’ enraizada na luta popular e no desejo de felicidade e justiça¹⁰”. Neste movimento, a relação entre feminismo e luta das mulheres camponesas aparece de forma explícita e direta. Por exemplo, em 2010 o MMC de Santa Catarina realizou uma assembléia com o tema: “Identidade Camponesa e Feminista”. Porém, esta relação não se estabelece da mesma forma em todos os coletivos e movimentos de mulheres camponesas que atuam no Brasil e Argentina. No caso dos movimentos de mulheres camponesas argentinas com o quais tive contato, o feminismo apareceu poucas vezes como uma referência direta, embora várias questões de gênero tenham sido colocadas pelas entrevistadas.

Embora existam convergências inquestionáveis entre movimentos feministas e os movimentos mulheres eles não podem ser tomados simplesmente como sinônimos. Também parece importante questionar uma idéia bastante difundida de que “os movimentos de mulheres são fenômenos essencialmente modernos relacionados à difusão das idéias ilustradas, com papel importante dos nacionalismos e socialismo” (Molyneux, 2003).

10 Publicação do MMC/Santa Catarina “Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Uma história de lutas e conquistas” (s/d, p. 20).

Esse tipo de pressuposto desconsidera as mobilizações de mulheres fora do eixo Europa/Estados Unidos, que recebeu diversas críticas dos “feminismos das pós-colonialidade”. Também tende a desconsiderar a participação de grupos de mulheres nos primeiros movimentos de luta camponesa, indígenas ou mesmo a perseguição/resistência das mulheres consideradas “bruxas” durante a Idade Média. Do ponto de vista dos colonizados há de se considerar que a Modernidade Ilustrada foi e continua sendo determinante para dominação e imposição de critérios de racionalidades eurocêntricas a esses povos, o que torna o sentido da Ilustração, enquanto período e contexto histórico europeu, ambivalente do ponto de vista dos movimentos populares latino-americanos.

No que diz respeito aos movimentos feministas fora da Europa e dos Estados Unidos, existem aqueles claramente identificados como feministas, a partir de uma visão do feminismo europeu e norte-americano, como pelo sufrágio, aborto, direitos a saúde reprodutiva/familiar e diversos temas relativos ao “respeito à diferença” em termos de sexualidade. Outros movimentos de mulheres possuem origens e características distintas destes “feminismos hegemônicos” (como dito por algumas feministas pós-coloniais). Existem aqueles cujas demandas estariam inclusive “em conflito” com as destes feminismos.

As tentativas de definição dos movimentos de mulheres utilizando critérios como autonomia (em relação ao Estado e sindicatos); atuação anti-sistema; e incorporação de questões gênero; também acabaram se mostrando vagas e pouco representativas da heterogeneidade real desses movimentos. O “movimento social de mulheres”, à semelhança de outros movimentos sociais, aparece mais como um conceito analítico, que abarca um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações (Paoli, 1995).

As entrevistas com integrantes do MMC/Santa Catarina, do movimento Mães de Ituzaingó, da Associação de Mulheres Agricultoras de Goya e das Mulheres Agricultoras de San Martín apontam para uma origem compartilhada que tem relação com as lutas populares pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, outros temas de mobilização comum são o acesso a direitos e serviços públicos básicos de educação e saúde em suas comunidades. Em algumas entrevistas na Argentina aparece com mais força a idéia de que “temas feministas” ou “das mulheres” não seriam uma preocupação central, o mais importante seria viabilizar a produção familiar e a melhoria das condições gerais de vida no campo. No entanto, em todas as entrevistas, a participação política e empoderamento da mulher acabam sendo colocados como algo importante.

Mulheres: vítimas ou protagonistas?

O contato com integrantes de movimentos e coletivos que fizeram parte deste trabalho trouxeram diversos elementos para pensar sobre os porquês do envolvimento crescente das mulheres com os temas relacionados à preservação ambiental, contaminação e soberania alimentar. Levaram a pensar, principalmente, na influência do lugar da mulher camponesa para a constituição de uma visão crítica, epistemologias e propostas éticas singulares.

As mulheres, eu não sei se é natural delas terem esse cuidado, mas elas foram percebendo que essa forma de produção, que o modelo do monocultivo e transgênicos estavam destruindo a vida e a biodiversidade e levou as mulheres camponesas a encabeçarem essa luta. A gente sempre diz que existe a possibilidade de produzir e preservar ao mesmo tempo (trecho de entrevista com integrante do MMC/Brasil).

94

Alicia Puleo inicia seu livro *Ecofeminismo para otro mundo posible* (2011) com uma questão: as mulheres seriam “vítimas ou protagonistas ético-políticas?”. A resposta dada pela autora ao final foi: as duas coisas. As mulheres são vítimas e protagonistas políticas. Neste trabalho as diversas leituras, entrevistas e contato com mulheres militantes e movimentos de mulheres me levaram a uma conclusão semelhante.

A origem de vários movimentos e o impulso para mobilização das mulheres em vários relatos parecem terem se iniciado porque elas (e seus familiares e comunidade) foram diretamente afetadas ou “vítimas” em situações diversas como contaminação, precarização das condições de produção e trabalho, perda da autonomia das famílias, situações de violência. Esta situação de vítima, no entanto, se transforma em uma situação de negação e de luta, de “protagonismo ético-político”.

O movimento Madres de Ituzaingó (Córdoba/Argentina), por exemplo, surgiu justamente como uma reação das mães do bairro de Ituzaingó a contaminação por agrotóxicos, ou seja, motivadas por serem vítimas da contaminação e de suas conseqüências diretas para saúde, principalmente, de crianças e mulheres (transtornos respiratórios, leucemia e aumento do número de abortos). Portanto, ações que atingiram diretamente as moradoras do bairro acabaram conduzindo a criação do movimento.

Esse Movimento, em seu início, contava também com a participação de homens do bairro, mas “com o passar do tempo eles deixaram de ir”. Dos doze militantes (mulheres e homens) que participavam no momento de fundação do movimento no início dos anos 2000, apenas quatro participantes mulheres formavam o movi-

mento no momento da entrevista em 2010. Segundo a entrevistada, a participação das mulheres nos temas de contaminação é diferenciada:

As mulheres são mais persistentes, desde pequenas nos ensinaram que a saúde e alimentação estavam a cargo das mulheres, também é como se, supostamente, tivéssemos mais tempo para participar de mobilização porque trabalhamos em casa (trecho de entrevista com integrante do Madres de Ituzaingó).

Em outro momento da entrevista, ela aborda os temas atuais de interesse do movimento. Para ela, de maneira geral, os movimentos feministas não se preocupam com temas ambientais e movimentos ambientais não se preocupam com o tema gênero. “Não é tão comum que movimentos de mulheres se preocupem com a questão dos agrotóxicos e impactos relacionados ao meio ambiente. É muito menos comum, por exemplo, que temas como violência de gênero e direitos homossexuais”. Na visão dela estes temas estão conectados de muitas formas. Por exemplo, afirmou que a “la ruta de la soja” (a rota da soja) estaria relacionada ao tráfico de mulheres e crianças; que problemas com inundações e outros problemas ambientais afetam as mulheres; e que, tanto os medicamentos, quanto os venenos agrícolas são grandes negócios (ela havia trabalhado por um período como atendente em uma farmácia).

Na tese de doutorado de Emma Siliprandi (2009), também foram narradas experiências parecidas em relação à percepção de mulheres camponesas. Neste trabalho, uma entrevistada, também do MMC de Santa Catarina, apontou para uma maior aceitação/comodidade do homem agricultor. Segundo ela, as atribuições colocadas aos homens acarretariam uma pressão adicional que estaria vinculada a comportamentos mais conservadores na agricultura. As mulheres agricultoras teriam algumas condições que permitiam mais liberdade e experimentação em as práticas agrícolas.

Maria Ignez Paulilo, em seu trabalho de 2010, entende a postura crítica do Movimento de Mulheres Camponesas como determinada pelas experiências pessoais destas mulheres enquanto agricultoras com a destruição do meio ambiente e com o perigo dos agrotóxicos, uma vivência reforçada por uma religiosidade tradicional para a qual as mulheres, a vida e a natureza são “dons de Deus”. Em entrevistas que realizei com integrantes do MMC/Brasil de Santa Catarina, elas também reforçaram esta idéia de um protagonismo das mulheres que é justificado de um lado, por elas e suas famílias serem mais diretamente atingidas; e de outro, por mostrarem uma maior sensibilidade e tenacidade com os temas relacionados à saúde, alimentação e “questões ambientais” e componentes de uma visão espiritual em relação à vida e ao alimento.

A semente como metáfora

Uma das principais ações dos movimentos de mulheres camponesas em todo mundo têm sido a defesa das sementes camponesas ou sementes crioulas¹¹. A semente é um símbolo da resistência e da potência da luta por inúmeros motivos, materiais e simbólicos, que a tornaram uma metáfora da luta destas mulheres contra as sementes transgênicas e em defesa das sementes crioulas.

A semente está no centro da obra da ecofeminista Vandana Shiva. Para a autora necessitamos uma transformação ontológica para um futuro ecologicamente sustentável. Esta transformação deveria nutrir-se de concepções de mundo de “continuidade ontológica sociedade-natureza”, como as que estiveram presentes em algumas civilizações antigas e que têm subsistido em diversas culturas. A ontologia dicotomizada masculina, para a autora, é uma ontologia de dominação sobre a natureza e as pessoas. Do ponto de vista epistemológico, representa o reducionismo, a fragmentação e violação da natureza e também da mulher e do feminino (Shiva, 1995: 81). A violação da natureza estaria vinculada à violação e à marginalização das mulheres, principalmente as que vivem nos países mais pobres. Esta visão ontológica de *continuum* humano-natureza partiria de visões de mundo e epistemologias muito distintas do pensamento que têm sustentando a ciência e a biologia, ao menos em suas vertentes e disciplinas mais influentes.

Fox Keller, bióloga e estudiosa do campo ESCT já mencionada, também abordou a construção da metáfora do gene e sua influência dentro da visão moderna sobre a vida. Keller estudou como na biologia e as explicações baseadas na embriologia e em noções de desenvolvimento mais integrais perderam espaço para as explicações genéticas, o que ela chamou de discurso “ação-gene”, um discurso de “onipotência atribuída ao gene” e ao material genético masculino nas explicações científicas sobre a reprodução (Keller, 2006: 20).

Para Lewontin, biólogo e cientista da área de zoologia comparada, a “visão da biologia moderna” traria consigo “compromissos anteriores” relativos a uma determinada noção sobre o desenvolvimento dos seres vivos e como são constituídos. Uma noção na qual o ambiente é apenas um cenário e os genes e organelas celulares são os únicos responsáveis. Uma visão simplista e difundida sobre a vida

11 As chamadas variedades de sementes crioulas são produzidas por seleção e melhoramento, através da escolha e reprodução das melhores variedades (sem interferência na genética) para determinada região e condições. Essa prática é realizada pelos agricultores em todo o mundo há gerações. As melhores variedades e sementes são cultivadas e transmitidas. Na América Latina e Índia existem diversos movimentos de mulheres que atuam na proteção e recuperação dessas sementes. Como o movimento e Fundação Navdanya, criada pela indiana Vandana Shiva com a missão de promover a agricultura sustentável e ajudar os agricultores a defender os seus direitos e a preservar a sua identidade cultural. Um das principais ações desta Fundação é a proteção de variedades de sementes crioula tendo conseguido estabelecer mais de vinte bancos de sementes crioulas

na qual “os genes no ovo fertilizado determinam o estado final do organismo” (Lewontin, 2002: 11).

O símbolo da semente e sua relação com os elementos da natureza e da vida é uma parte central dos discursos destas mulheres e está presente em vários manifestos e publicações, como na publicação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul:

A água, sementes, plantas, animais fazem parte das relações de convivência e de trabalho, assim como o sol, a lua, a chuva, a geada, as estações do ano, os ciclos da natureza expressam esperança, morte, transformação e vida. Elas sabem organizar o quintal combinando variedades de flores, plantas medicinais, pomar privilegiando perto da casa a sombra para acolher amigas (os), as vizinhas (os). A comunidade também é um espaço significativo onde todos se conhecem, se encontram para a celebração, a festa, o jogo, muitas vezes ali se dá organização, os conflitos, a troca de experiências, entre outras (Daron e Collet, 2008: 30).

Em outra publicação (cartilha) do MMC/Brasil da região Sul (s/d), “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”, a centralidade da semente está presente na própria organização do texto e permeia toda a publicação: “A nossa organização é o arado que abre os sulcos na terra para deitar as sementes”, “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”, “Somos sementes para a vida e não para o lucro e mercadoria para o capitalismo”.

Nos discursos das mulheres entrevistadas, além da defesa das sementes crioulas ou camponesas apareceram críticas à relação natureza/ser humano. Um pensamento que se diferencia dos movimentos camponeses tradicionais porque possui um olhar que promove uma convergência entre as situações de opressão da mulher e da natureza. Em entrevista concedida por uma integrante do MMC/Santa Catarina ela descreve este reconhecimento da semente como um dos temas centrais do movimento.

As mulheres têm esse cuidado com a vida e enxergam na semente a possibilidade de geração de uma nova vida. Eu acho que tudo isso influenciou para que as mulheres percebessem que essa questão das sementes transgênicas seria muito prejudicial porque provoca a perda de toda biodiversidade que existia. Além disso, a gente hoje sabe da resistência aos herbicidas o aumento do uso de agrotóxico, então também a questão da saúde. Então as mulheres sentiram que estavam nas mãos delas combater esse modelo.

Assim, no contexto da crítica dos movimentos e da crítica feita ao reducionismo biológico, à resistência às sementes transgênicas e a defesa das variedades nativas ou crioulas se reveste de muitos significados.

A semente é um símbolo fundamental nas lutas contemporâneas. Como mercadoria, ela simboliza a disposição e o poder do mercado, reforçados pelas inovações técnicas e mecanismos legais, de penetrar domínios que até agora haviam resistido a tal invasão. Como recurso regenerativo, ela simboliza as possibilidades do fortalecimento local, da auto-gestão, de toda a população ser bem alimentada, da preservação da diversidade cultural e biológica, da sustentabilidade ecológica, de alternativas à uniformidade das instituições neoliberais, e da genuína democracia (Lacey (2000) e Barbosa Oliveira (2005) *In* Prefácio Shiva, 2011: 14).

Os conhecimentos populares e tradicionais, entre os quais estão os camponeses, são parte constitutiva da chamada ecologia de saberes, uma das cinco ecologias propostas por Santos (2009). Esta ecologia se pauta na pluralidade epistemológica e justiça cognitiva e seria necessária para reverter os processos de colonialidade do saber-poder. A aspiração por descolonizar o conhecimento é o cerne da proposta de epistemologias do Sul, que propõe dar visibilidade e credibilidade as práticas cognitivas de classes, povos e grupos sociais que têm sido explorados pelo colonialismo e capitalismo global.

Para muitas mulheres camponesas entrevistadas os seus conhecimentos e as atividades exercidas tradicionalmente por essas mulheres têm sido desqualificados. Por isso, muitas de suas ações se configuraram em torno de formas de resistir e agir frente a estes processos. Elas falaram sobre os processos de perda dos saberes populares herdados das matriarcas e sua percepção da importância de promover ações de valorização e difusão desses saberes. A resistência à produção e utilização de sementes transgênicas, portanto, está implicada com a luta em defesa da preservação das sementes camponesas e da cultura camponesa. Segundo uma das integrantes do MMC/Santa Catarina entrevistadas:

Uma questão é o conhecimento, as pessoas dizem que o conhecimento é científico quando ele é comprovado por estudos. Mas aquele conhecimento das mulheres camponesas é chamado de popular, mas nós achamos que ele também é científico. Porque é uma coisa certa, o que é chamado de popular não tem tanto valor. (...) A gente teve que mudar bastante o palavreado para as mulheres entenderem. Por exemplo, a gente tinha uma fita de vídeo montada para dar oficina que falava dos microorganismos, dos macroorganismos e assim por diante. Ai nós mesmas fizemos outro material que explicava o que estava sendo falado. Que

microorganismos eram aqueles bichinhos que estavam debaixo da terra e que às vezes a gente nem enxerga. Com isso elas foram entendendo e colocando seu conhecimento, porque não é que elas não tinham, mas tinham do jeito delas.

A discussão sobre a descolonização do conhecimento e necessidade de proliferar narrativas que promovam a visibilidade e credibilidade dos “povos do Sul” está presente nas bandeiras de lutas, práticas e valores das mulheres camponesas quando trabalham com o resgate, a revalorização de seus conhecimentos e afirmam a sua singularidade.

Considerações Finais

Este trabalho é parte da pesquisa realizada (Tait, 2014) durante quatro anos e teve a intenção de contribuir com a construção de reflexões no sentido da “sociologia das emergências”, conforme proposta por Boaventura de Sousa Santos, trabalhando com a emergência e a potência das ações coletivas e com o diálogo entre conhecimentos. Buscou contribuir para abrir alguns caminhos teóricos que construam *junto com elas* relações éticas distintas entre seres humano/natureza.

As epistemologias destas mulheres camponesas apontam para visões e éticas singulares, que não estavam presentes nos movimentos sociais camponeses, populares, ecologistas e feministas anteriores. Elas apresentam uma abordagem integradora de questões colocadas por estes movimentos e por isto conseguem produzir significados que podem “romper os limites do sistema atual” e/ou contribuir para pensar e agir nas distintas dimensões que compõem os conflitos urgentes e atuais capital/vida: desigualdade de gênero; mercantilização do alimento, da saúde e dos bens comuns; destruição da sociobiodiversidade; “epistemicídios”.

A capacidade de elaboração de epistemologias-éticas singulares, impregnadas de sentimentos sobre o cuidado e proteção dos seres humanos e natureza, emergem de suas experiências cotidianas e práticas políticas e se contrapõem aos valores constitutivos do capitalismo, patriarcado e do pensamento antropocêntrico. Nesta elaboração, a semente e a soberania alimentar funcionam como um centro de convergência de aspectos simbólicos e materiais para as mobilizações e sentido de resistência. A valorização das mulheres camponesas das sementes crioulas não busca o reconhecimento do valor monetário ou comercial. Suas ações pautam-se em uma concepção ética de base ontológica de respeito à vida, de recusa a instrumentalização, para qual a desmercantilização é um valor fundamental.

Bibliografia

- Almeida, M. (2007). "Narrativas Agrárias e Morte do Campesinato". *Revista Ruris*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Ceres, número 1, setembro, pp. 157-186.
- Almeida, M. (2009). "Populações tradicionais e conservação ambiental". Em Cunha, M. C, *Cultura com aspas*, São Paulo: Cosacnaify, pp. 277-300.
- Barbosa Oliveira, M. B. (2005) "Ciência: força produtiva ou mercadoria?". São Paulo: *Revista Crítica Marxista* nº 21, pp. 77-96.
- Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas região Sul (s/d). "Sementes de Vida nas mãos das mulheres camponesas. Equipe de Elaboração e Revisão: Salete Girardi, Zenaide Collet, Silei Gaspareto, Luciana Piovesan, Justina Cima, Tânia de Sousa e Sandra Rodrigues.
- Carneiro, M. J. (2008) "Rural como categoria de pensamento". *Ruris*, número 2, março de 2008, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Ceres.
- Comte-Sponville, A. (1999) O pequeno tratado das grandes virtudes. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Cunha, M. C (2009). *Cultura com aspas*, São Paulo: Cosacnaify, pp. 277-300.
- Daron, V.; Collet Z. (2008). *Mulheres Camponesas em defesa da saúde da vida*. Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. Brasília: MDA Comunicação Integrada.
- Esmeraldo, G. G. (2010) "As mulheres sem terra e suas práticas políticas". Congresso Alasru (2010), Porto de Galinhas, Brasil.
- García, M.I.G. (1999). "El estudio social de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento científico" Em Barral, M.J; Magallón C. M; Sanchez M. D. (eds). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Golsberg, C. e Dumrauf, S. (2010). Coleção Agricultura Familiar 2: Ferias de agricultura familiar na Argentina. Buenos Aires: Ediciones INTA.
- Haraway, D. (1995). "Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, número 5, pp. 7-41.
- Holloway, J. (2005). *Cambiar el mundo sin tomar el poder – El significado de la revolución hoy*. Vadell Hermanos Caracas: Editores, C.A.
- Keller, E. F. (2006). "Qual foi o impacto do feminismo na ciência?" *Cadernos Pagu*, número 27, pp. 13-34.
- Lacey, H. (2000). "As sementes e o conhecimento que elas incorporam". *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 14(3), pp. 53-58.
- Lewontin, R. (2002). *A tripla hélice – gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Mellor, M. (2000). *Feminismo y Ecología*. México: Siglo Veinteuno Editores.
- Melucci A. (2001). *A invenção do presente*. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes.
- Melucci, A. (2002). *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*, México: El Colegio de México, 2002.
- Molyneux, M. (2003). *Movimientos de mujeres em América Latina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.
- Monteiro, M. S.A. (2012). “Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 27 n° 79 junho.
- Paoli, M. C. (1995). “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”. Em Hellman, M (org). *Em Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo: Marco Zero/ILDES-FES/Labor.
- Paulilo, M. I. (2011). “Movimientos de mujeres agricultoras y empoderamiento em Brasil”. Em Cruz. F. (org). *Perspectiva de género y desarrollo rural*. Madrid: Edición Asociación País Románico.
- Paulilo, M. I. (2010). “Intelectuais e Militantes e a Possibilidade de diálogo”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 336, set-dez.
- Publicação do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (s/d). Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina - Uma história de lutas e conquistas.
- Santos, B. de Sousa. (2006). *A Gramática do Tempo*. São Paulo: Cortez. [1ª ed.].
- Santos, B. de Sousa. (2007a). “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes”, *Revista Crítica e Ciências Sociais*. 78, pp. 03-46.
- Santos, B. de Sousa. (2009). *Una epistemología del Sur*. México: Clacso, 2009.
- Sedeño, E. P. (1999). “Feminismo y Estudios de Ciencia Tecnología y Sociedad: nuevos retos, nuevas soluciones”. Em Barral, M.J; Magallón C. M; Sanchez M. D. (eds). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Segato, R. (2011). *Feminismo y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Acción Feministas Editora.
- Shiva, V. (1995). *Abrazar la vida*. Madrid. Horas y Horas Editorial.
- Shiva, V. (2011). *Biopirataria: A pilhagem da Natureza e do Conhecimento*. São Paulo: Vozes.
- Siliprandi, E. (2000). “Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais”. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1 n.1, jan/mar, pp.61-71.
- Siliprandi, E. (2009). “Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar”. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

- Siliprandi, E. (2011). "Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar". *Revista Pensamento Latino-americano*, n9.
- Puleo, A. (2005). "Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas" in Puleo, A.; Segura, C.; Cavana, M.L. (coord.) *Mujeres y ecología: Historia, pensamiento y sociedad*. Madrid: Laya.
- Puleo, A. (2008). *Libertad. Igualdade, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado*. *Isegoría Revista de Filosofía Moral y Política*.
- Puleo, A. (2011). *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Grupo Anaya/Edições Cátedra.
- Ramilo, D. (coord.) (2011). *Atlas: población y agricultura familiar región NEA*. Buenos Aires: Ediciones INTA.
- Tait, Lima M.M. (2014). "Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina". Campinas: Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.